

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



REVISITANDO O DEBATE SOBRE A (RE)APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A POLÍTICA DE HABITAÇÃO: uma análise a partir das lutas e conquistas protagonizadas pelas mulheres

Daiane da Silva Pacheco Nery¹

RESUMO

O presente trabalho busca revisar e adensar contribuições sobre a (re)produção do espaço e da política de habitação a partir de uma perspectiva marxista-lefebvriana e feminista. Nos interessa refletir como as relações capitalista-patriarcal-racista interferem no e pelo espaço e afetam a vida cotidiana das mulheres, reproduzindo múltiplas opressões e desigualdades que se combinam e se entrecruzam, sobretudo, nas formas de acesso à moradia digna. Todavia, como o espaço não é neutro e nem uma totalidade fechada, estamos engajados a mostrar as aberturas através dos conflitos, lutas e resistências protagonizadas pelas mulheres na garantia do direito à moradia, pela reapropriação do espaço e pela construção de um espaço diferencial.

Palavras-chave: espaço urbano; política habitacional; mulheres.

ABSTRACT

The present work seeks to revisit and deepen contributions on the (re)production of space and housing policy from a Marxist-Lefebvrian and feminist perspective. We are interested in reflecting on how capitalist-patriarchal-racist relations interfere in and through space and affect women's daily lives, reproducing multiple oppressions and inequalities that combine and intersect, above all, in the forms of access to decent housing. However, as space is neither neutral nor a closed totality, we are committed to showing the openings through the conflicts, struggles and resistances carried out by women in guaranteeing the right to housing, the re-appropriation of space and the construction of a differential space.

Keywords: urban space; housing policy; women.

¹PPGPUR/IPPUR/UFRJ; Graduada e Mestre em Serviço Social (UERJ) e Doutoranda no PPGPUR/UFRJ; daianepacheco.adm@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

No âmbito da teoria crítica do espaço, Lefebvre (2008) compreende o espaço como uma construção social que engloba a descoberta, a produção e a criação pelo ser social (produto e obra da sociedade), e que constitui uma dimensão fundamental da vida vinculado a prática social manifesta no plano da vida cotidiana, em um sentido amplo e de múltiplas contradições. Todavia, na sociedade moderna, gerida pelo sistema trinitário capitalismo-patriarcado-racismo, há uma passagem expropriadora e violenta do espaço como condição da produção humana para condição da produção do capital, marcando um longo percurso de negação, desigualdades e violações experienciadas nos modos de morar, habitar e viver a cidade, sobretudo para as mulheres.

Historicamente, os espaços públicos vêm sendo planejados, dominados e usados por homens – “eis um territorial patriarcal” (HOOKS, 2022, p. 179), que se desdobra numa sociedade repressiva reforçando ideologias opressoras de gênero, raça e classe nos espaços públicos, mas também nos espaços domésticos. Embora os movimentos feministas, sobretudo, o movimento feminista negro, tenham avançado amplamente na cena pública reivindicando igualdade de gênero, classe, raça/etnia e justiça socioespacial, no âmbito do direito à cidade e à moradia, em termos de sua materialização concreta na vida cotidiana, ou seja, para além das definições e recomendações incluídas nos marcos regulatórios (leis, programas, políticas públicas, normativas, portarias etc.) continua sendo uma realidade distante.

A Política Nacional de Habitação criada em 2004, embora as evidências dos avanços significativos e abertura de caminhos para o enfrentamento das desigualdades estruturais e institucionais, não foi capaz de assegurar o direito à moradia digna conforme preconizado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), e da Constituição Federal de 1988. As residuais iniciativas em relação a produção de moradia social foram asseguradas através de programas habitacionais e não

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



enquanto um direito habitacional. Para as mulheres, o acesso à moradia social transitou em um grande paradoxo: por um lado, garantiu a priorização das mulheres responsáveis pela unidade familiar e a titularidade residencial feminina e, por outro lado, foram os principais alvo dos seus efeitos colaterais, como o reforço da segregação urbana, ausência de acesso aos serviços públicos e limites no acesso ao saneamento básico.

Atualmente, os resultados são evidenciados quando se verifica que: 1) são as mulheres, principalmente, as mulheres negras; que ocupam a pior posição na estrutura social; 2) segundo Franco et al. (2017), a maioria das mulheres ocupam os espaços de pobreza, marcados por ausência de políticas públicas de habitação, de infraestrutura urbana precárias e residem em habitações nas favelas, em assentamentos clandestinos/irregulares, em periferias distantes das áreas centrais; 5) segundo o IBGE (2019, p. 5), “as desigualdades por cor ou raça revelam-se também nas condições de moradia, tanto na distribuição espacial dos domicílios, como no acesso a serviços, quanto nas características individuais dos domicílios”.

É partindo deste quadro que o presente trabalho pretende revisitar o debate sobre a produção do espaço urbano e adensar contribuições proporcionando um debate rico e potencializador de uma ação transformadora que se faz urgente e necessária a partir de uma perspectiva marxista-lefebvriana e feminista. Esse caminho requer a construção dialética de um horizonte que ocorre a partir de dois movimentos centrais: a) no campo da teoria social crítica, busca-se dar centralidade a categoria de produção do espaço trazendo a possibilidade de redefinir a elaboração de saberes produzidos sem considerar as implicações na vida das mulheres; b) no plano da prática política emancipatória, evidenciar as formas de (re)apropriação dos modos de habitar e do espaço urbano através das experiências e das lutas cotidianas na vida urbana protagonizadas por mulheres, destacando-se o enfrentamento e a superação das desigualdades no acesso à moradia, bem como os desafios atuais.

2 NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O DEBATE DA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO E AS IMPLICAÇÕES NA VIDA DAS MULHERES

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Partindo das contribuições de Marx e dos conceitos marxistas, Henri Lefebvre apresenta um novo sentido e conteúdo para a análise crítica da modernidade ampliando suas formulações sobre as bases conceituais fundamentais sobre a problemática do espaço urbano (sua (re)produção), a gênese e contradições na sociedade atual e na prática social e a possibilidade de sua transformação, no qual é imprescindível o conhecimento e crítica da vida cotidiana – o centro real da práxis –, e da realidade urbana.

No âmbito da teoria crítica do espaço, Lefebvre (2008) ao partir da compreensão do espaço como uma construção social que engloba a descoberta, a produção e a criação pelo ser social (produto e obra da sociedade), afirma que o espaço constitui uma dimensão fundamental da vida vinculado a prática social manifesta no plano da vida cotidiana, num sentido amplo e de múltiplas contradições. O espaço é um uso e um valor de uso que provê as condições necessárias a realização da vida, para satisfação das necessidades humanas de moradia, locomoção, lazer, educação, trabalho, entre outras. O valor de uso constitui a riqueza real.

Dada a sua importância, na sociedade moderna capitalista, o espaço, sua criação e produção, passa a ser um elemento estratégico para a acumulação do capital. Lefebvre (2006) então questiona: como a hegemonia (capitalista) deixaria de lado o espaço? Para o autor, uma das únicas formas do capitalismo sobreviver foi ocupando o espaço e a produção do espaço. Para isso, na lógica da sociedade capitalista, “a burguesia, despoticamente esclarecida, e o capitalismo dominaram parcialmente o mercado das mercadorias, servindo-se do espaço abstrato como instrumento” (LEFEBVRE, 2008, p. 117). A mercadoria está no espaço, ela ocupa um lugar que sobrepõe à produção das coisas no espaço a produção do espaço. No espaço, que é indispensável à vida cotidiana, tudo se vende e tudo se compra. Sob esta base histórica, Lefebvre (2008) sinaliza que a mercadoria deu um salto a frente; “ela conquistou o mundo: o espaço”.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Isso significa que o espaço sob a égide do capitalismo, estrategicamente através da burguesia capitalista, força hegemônica e dominadora do espaço, entende-se que de um lado, o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reproduzível, e do outro, assume a forma de consumo reduzindo-o a dominação, fragmentação, hierarquização e homogeneização, tanto do espaço quanto do indivíduo. Assim, concebendo, engendrando e ampliando sua racionalidade dominante, intelectual e moral no e pelo espaço, que o sistema capitalista se generalizou através do processo de mundialização, criando raridades na escala mundial e da vida humana. Isso significa que há um salto no conceito de produção desdobrada em reprodução relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas, pois não mais acarreta somente “a produção de coisas no sentido clássico do termo, mas se estende também à reprodução das relações sociais – acrescentando-se algo de novo à produção” (CARLOS, 2018, p. 20).

E quais seriam as implicações para a vida das mulheres? Partindo das contribuições de Henri Lefebvre (2006), o fundamento da sociedade repressiva, onde a violência é permanente, confere consequências históricas as mulheres limitando-as a uma pequena parte do espaço voltado a reprodução da vida, invisibilizando-as diante de uma “ditadura do espaço dominante” exercida através de normas, leis e políticas planejadas por homens europeus. Lefebvre (2006, p. 14) então questiona: “de onde vêm as diferenças? Como acontece de as sociedades chegarem a estatutos diversos, a expressão e formulação variadas do princípio masculino e de sua dominante?”

Lefebvre (2006) reconhece e afirma que o espaço é marcado pela predominância masculina, cuja consequência foi produzir um espaço dominador, repressivo e opressivo, que controla e produz diferenças e hierarquias em todos os níveis da vida, seja público ou privado. A colonização do espaço e da vida cotidiana e todas as consequências daí derivadas, obviamente, pesa mais para as mulheres, pois nesta lógica “são ao mesmo tempo sujeitos na cotidianidade e vítimas da vida cotidiana”, condição que vai além do trabalho e se estende à vida social, controlando

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



a sexualidade e a fecundidade, as formas de usos do espaço - por exemplo, a casa e a rua, o espaço público e o espaço privado – e de construção de sociabilidade, de laços afetivos e de solidariedade.

Todavia, conforme aponta as análises de Lefebvre (2006) é inevitável que diante desse tipo de sociedade haja revoltas e revanches da feminilidade em busca de se apropriar do espaço protagonizando e produzindo formas de uso do espaço que possibilite construir uma vida possível de ser vivida. Isso porque, a lógica dominadora-repressiva na (re)produção do espaço não determina a vida cotidiana. Como se trata de uma totalidade aberta, o sentido do uso tende a reaparecer, porque ele implica em apropriação e não em propriedade. Portanto, em um contexto em que os sistemas opressores e racistas estão intactos e se perpetuam, a resistência torna-se uma brecha dentro da cotidianidade para aqueles que lutam no e pelo espaço para continuar a serem habitantes do lugar, portanto, “[...] a resistência emerge como sobrevivência [...]” (RIBEIRO, 2018, p. 56), e surge em diversas formas performáticas e em aliança contra a precariedade da vida social.

3 APONTAMENTOS SOBRE AS LUTAS, AS CONQUISTAS E OS DESAFIOS ATUAIS ÀS MULHERES NA REAPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E NA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

Por muito tempo as mulheres ocuparam posições limitadas pela imposição de uma sociedade patriarcal marcada pelo machismo, desigualdades sociais e múltiplas violências. Mulheres ocupando espaços de decisão era considerado em décadas anteriores, uma utopia possível. Se tratando de mulheres negras, uma utopia impossível. Todavia, como adverte Lefebvre (2006), dada as condições históricas e sob diferentes práticas, o que é utopia possível-impossível hoje será amanhã inevitavelmente o racional e o urgente. Para ambas, o que era utopia se tornou possibilidade concreta após históricas disputas, lutas e resistências cotidianas em confronto direto com a estrutura de dominação e relações de poder instauradas. Como destaca Ângela Davis, se utopia é quando a gente se move em novas direções

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



e visões, conclui-se que era algo a ser perseguido. O que não se reduzia a simplesmente ocupar espaços, mas se traduzia no compromisso real em romper com lógicas opressoras.

No Brasil, especificamente no século XX, a luta pelo direito à cidade e à moradia passa a ser eixo estruturante e ganha palco central na cena pública notadamente das mulheres negras, que residem em maior número nas áreas periféricas desurbanizadas. Em sua dimensão de ação política – que se expressa por meio de experiências ordinárias da vida do dia-a-dia e de formas de resistência e de organização coletiva – vem colocando seus corpos inteiros na luta, em diferentes movimentos sociais urbanos, rompendo as barreiras estabelecidas pela herança colonial, subvertendo as relações de poder que dominam e se apropriam do espaço gerindo-o, (re)produzindo-o enquanto mercadoria, denunciando as desigualdades estruturais e as precárias condições de vida que enfrentam cotidianamente.

A partir do seu protagonismo, seja como liderança ou não em diferentes movimentos sociais e urbanos, em ocupações ou em outros espaços de luta nacionais e internacionais, avançaram na implantação de importantes pautas urbanas e habitacionais reivindicadas pelas mulheres, respeitando suas diferenças e especificidades. Assim, no conjunto das lutas sociais, esse movimento de erguer a voz, de subversão a ordem, de manifestação do desejo de pertencer, de aparecer e de requisitar direitos foram determinantes na conquista do Estado democrático de direito e de garantia de significativos direitos à classe trabalhadora, aos novos movimentos sociais e populares – mulheres, negros, LGBTQI+, urbano, preconizados na Constituição Federal de 1988 e que se ampliaram para outros marcos regulatórios.

Com base em recomendações e determinações da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), e da Constituição Federal de 1988, foi promulgado o Estatuto da Cidade, em 2001, e, posteriormente, em 2003, foi criado o Ministério das Cidades, possibilitando uma ruptura com a velha política de habitação e a instalação de um novo rearranjo na área habitacional, com base nos princípios da participação popular,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



do planejamento e da integração das políticas urbanas. Este novo rearranjo, fruto das lutas pela reforma urbana, propiciou um processo de construção da Política Nacional de Habitação, criada em 2004, que passa a ser implementada com o objetivo de universalizar o acesso à moradia digna, garantido acesso à moradia adequada e o direito à cidade, tendo o Estado o dever de garantir o acesso à moradia digna, “articulando e mobilizando os diferentes níveis de governo e fontes, objetivando potencializar a capacidade de investimentos com vistas a viabilizar recursos para sustentabilidade da PNH” (BRASIL, 2004, p. 31).

A partir desses marcos legais e entre outras recomendações e determinações feitas nas conferências internacionais e nacionais, como a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, realizada na China, em 1995, a Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Habitat II) realizada em Istambul, em 1996, e a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, em 2001, foram sendo criados, de forma democrática e participativa, normativas, leis, programas e políticas públicas urbanas e habitacionais, com o compromisso de garantir creches e estabelecimentos de pré-escola em conjuntos residenciais financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (Lei 8.978/1995), preferência da titularidade do imóvel em habitação de interesse social (Lei nº 11.124/05), da titularidade feminina em casos de regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas (Lei nº 11.977/09) e da priorização das mulheres responsáveis pela unidade familiar em programas de habitação social (Lei nº 11.977/09).

Neste quadro, a década de 2000 se configura por avanços e conquistas significativas no âmbito formal/legal, em especial na implementação da Política Nacional de Habitação em 2004, por levar em consideração mecanismos que efetivem a promoção da igualdade de oportunidades, privilegiando as dimensões étnica, racial e de gênero, que num processo de implementação lento e gradual parte da concepção de uma dívida social acumulada no país,

fruto das desigualdades sociais e da concentração de renda características da sociedade brasileira, expressa na segregação socioespacial vivida no

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



espaço das cidades e na restrição histórica do acesso à terra e à moradia por meio do mercado formal, para a população de baixa renda (MCIDADES, 2006 apud MOREIRA; RIBEIRO, 2016, p. 16).

Todos esses marcos legais buscavam consolidar um amplo pacto nacional pela moradia digna (2009-2023), priorizando a universalização do acesso à moradia, o enfrentando das injustiças urbanas e as desigualdades estruturais históricas oriunda de um longo período de descaso do poder público. Todavia, embora a Política Nacional de Habitação representasse um avanço significativo para assegurar o direito à moradia digna a população de baixa renda, sobretudo, no marco da implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), em 2009, onde as mulheres responsáveis pela unidade familiar foram priorizadas, tais avanços se relativizam quando consideramos outras mediações que qualificam a política habitacional, como a questão da inserção urbana da moradia, a qualidade das tipologias construtivas e dos projetos habitacionais e a inversão dos padrões segregadores da urbanização.

Segundo Rolnik (2015, p. 309), o programa MCMV², que “transformou-se na política habitacional do país”, ao longo de sua implementação, mostrou outra faceta, cujos efeitos “colaterais” foram sentidos com a: 1) redução da produção de moradia a uma mera casa com quatro paredes; 2) reforçou a segregação urbana; 3) reproduziu o padrão periférico da construção de moradia; 4) Viabilizou políticas massivas de remoções; 5) aumentou o custo de vida; 6) foi ineficiente na promoção dos serviços e equipamentos públicos. sem articular moradia e cidade – acabou por abortar “a incipiente construção de uma política habitacional diversificada, aderente às especificidades locais e sob o controle local, aposta dos movimentos sociais e dos militantes da reforma urbana (ROLNIK, 2015, p. 309).

Para as mulheres, sobretudo, as mulheres negras, que são, no computo do programa, percentualmente o segmento de maior participação entre as mulheres

2 O PMCMV, mediante a lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, prevê condições para a implementação do Subprograma de Habitação Urbana, entre as quais a exigência de que os terrenos se localizem em áreas consolidadas da malha urbana ou que estejam em expansão, que sua construção seja em áreas providas de infraestrutura básica e que o projeto esteja adequado do ponto de vista ambiental. Além disso, estabelece que no raio de 2,5 km da área de construção do terreno existam equipamentos urbanos e sociais.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



atendidas pelo PMCMV, o 'novo morar' tem se transformado em uma realidade marcada pelo reforço da segregação, ausência de acesso aos serviços sociais, rompimento da rede de proteção e apoio, dos laços afetivos e de solidariedade. No plano da práxis cotidiana as discriminações e desigualdades no acesso das mulheres ao direito à moradia digna continuam a persistir, isso porque, conforme destaca Raquel Rolnik (2011), o acesso à casa não é a garantia de quatro paredes, mas engloba outros elementos dentro de uma perspectiva de desenvolvimento urbano integrado, tais como: segurança de posse, habitabilidade, disponibilidade de serviços de infraestrutura e equipamentos públicos, localização adequada, adequação cultural, custo acessível e não discriminação e priorização de grupos vulneráveis.

Em razão da persistência de tais desigualdades, em 2015, na Marcha de Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver realizada em Brasília, foi reconhecido a urgência de considerar a habitação como determinante para garantir uma vida cotidiana adequada as mulheres negras e, a partir desse evento, algumas recomendações passaram a ser perseguidas por atores Estatais, pela sociedade e em especial, pelas mulheres negras no que corresponde ao direito à terra, território e moradia/direito à cidade. Dos pressupostos elencados pelo Dossiê Mulher Negra (2016, p. 45) destaca-se:

- Assegurar as mulheres negras o acesso à serviços sociais básicos, referentes à mobilidade, ao esporte e lazer, ao patrimônio natural e cultural;
- Assegurar moradia digna para todas(os), priorizando a segurança da posse e impedindo os despejos forçados, remoções e o monopólio sobre a terra;
- Promover a urbanização de favelas e prevenção de riscos, priorizando a segurança da posse e o respeito de todos os direitos humanos.

O reconhecimento de que as mulheres continuam sendo as mais afetadas pelo déficit habitacional, sendo as mais pobres entre as pobres, residindo em moradias precárias e em áreas sem acesso a infraestrutura e ao saneamento básico também foi pauta principal no Dossiê produzido pelo Geledés - Instituto da Mulher Negra e Criola - Organização de Mulheres Negras, em 2017, onde evidenciou que as condições de vida das mulheres negras no Brasil continuam a ser permeadas por situações de violência e violações de direitos humanos, entre os quais destacam-se as desigualdades no acesso ao saneamento básico e à moradia digna. Ainda, em

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



2018, de acordo com o IBGE, verificou-se maior proporção da população preta ou parda residindo em domicílios,

sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca), e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca), implicando condição de vulnerabilidade e maior exposição a vetores de doenças

Esses dados são bem expressivos e revelam que “na falta de água e na sobra de esgoto transborda racismo” (CFESS, 2020, p. 26), assim como violência de gênero, escancarando a forma estrutural e institucional a qual estão submetidos em grande maioria a população negra, e, ao mesmo tempo, denuncia que as políticas urbanas e habitacionais pouco têm alterado as desigualdades no acesso aos serviços públicos essenciais à reprodução da vida. Reitera-se, também, que são desigualdades resultantes de um histórico processo de apropriação do espaço urbano que envolve diferentes agentes e incorporam contradições que estão nas bases estruturais da formação social brasileira e que não conseguem ser solucionadas apenas pela formalidade da lei.

Mesmo o Brasil, sendo um país signatários de diversos tratados internacionais, consolidado marcos institucionais fundamentais para a garantia do direito à moradia digna, inclusive, chegando a ensaiá-la através de alguns programas em várias esferas do governo, não foi capaz de enfrentar a problema habitacional e urbano, sobretudo, em relação ao enfretamento das desigualdades de gênero e raciais e o atendimento as demandas das mulheres em suas necessidades e especificidades de reivindicações e lutas pelo direito à moradia e à cidade.

Pelo contrário, o que se verificou, sobretudo a partir de 2016, com o avanço do neoliberalismo e sua ofensiva declarada aos direitos humanos somado ao pós-golpe parlamentar, foi um horizonte muito adverso para a garantia do direito à moradia digna no Brasil, afetando drasticamente a Política Nacional de Habitação de Interesse Social e a destinação de recursos orçamentários aos programas habitacionais, revelando um profundo retrocesso ao que já foi conquistado em termos de produção de moradia bem como implicou em novos obstáculos ao que estava sendo proposto

PROMOÇÃO



APOIO



como possibilidade de avanço e ressignificação do modelo de produção habitacional brasileiro.

Este cenário impõe grandes desafios aos movimentos feministas por ter um papel histórico no enfrentamento, resistência e luta pela garantia dos direitos reivindicados pelas mulheres contra o agravamento das condições precárias de vida. E, recai, mais uma vez sobre às mulheres, sobretudo as mulheres negras, o papel essencial como único capaz de pôr fim a uma segregação dirigida essencialmente contra ela., a superação das desigualdades no acesso à moradia digna e a reinvenção de estratégias e ações capazes de criar um espaço diferencial. Isso não significa que o fará sozinha, sobretudo pela compreensão de que “se a luta não for coletiva, ela não faz sentido nem para superar as ideologias do sistema de opressão, muitos menos das desigualdades estruturais” (CARNEIRO, 2021)³, mas sem ela nada é possível e não tem sentido.

4 CONCLUSÃO

Neste trabalho foi possível verificar que o espaço urbano na sociedade capitalista tem sido apropriado pela burguesia constituída por homens, brancos e detentor de poder-saber devido a sua posição ocupada na distribuição do espaço, ao custo da exploração e dominação do trabalho e dos corpos das mulheres e da expropriação dos seus bens comuns. Todavia, as mulheres, sobretudo, as mulheres negras, tem historicamente tecido na cena pública uma trajetória de lutas e disputas pela apropriação do espaço urbano e pelo acesso à moradia social a fim de garantir uma vida possível de ser vivida com dignidade.

Em relação ao impasse na garantia do acesso à moradia digna para as mulheres, verificou-se que sua continuidade não se localiza centralmente na ausência dos marcos legais, visto que foram conquistados um leque de normativas, leis,

³ CARNEIRO, Sueli. O encontro da ancestralidade negra e a herança das lutas coletivas. Disponível em: <https://ponte.org/sueli-carneiro-o-encontro-da-ancestralidade-negra-e-a-heranca-das-lutas-coletivas/>. Acessado em: 20/10/2022.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



portarias e decretos que visam essa garantia, muito mesmo reside na ausência de participação política nas lutas e reivindicações deste direito. Há sim desafios importantes na implementação e, conseqüentemente, na ineficácia da execução das políticas e programas habitacionais que estão atrelados fundamentalmente as desigualdades estruturais da formação brasileira, que, na cena contemporânea, alinha-se ao projeto neoliberal que impõe um cenário de guerra as mulheres, negando direitos básicos à reprodução da vida, congelando os gastos sociais, reforçando uma agenda conservadora e reacionária que significa “um aviltamento, sobretudo para a população negra e periférica” (RIBEIRO, 2017, p. 34).

Neste quadro desafiante e destrutivo, importa advertir aos movimentos feministas sobre a necessidade constante da priorização da pauta urbana e habitacional, a fim de demonstrar sua relevância para a vida de todas as mulheres. É sabido que, assumir compromisso com essa agenda é um enorme desafio, pois exige o enfrentamento direto ao fundamento da sociedade repressiva, aos interesses capitalistas sobre a cidade e a disputa acirrada pelo orçamento público para produção de moradia social em um espaço-tempo de intensificação da agenda neoliberal. Como bem sinalizou bell hooks (2022), enquanto esses interesses se mantêm intactos e perpetuam a cidade continuará não sendo ocupada pelas mulheres, os espaços públicos em termos de violência contra a mulher continuará inalterado, as habitações populares continuará sendo inacessíveis para as mulheres de baixa renda, tanto em termos de acesso à programas habitacionais quanto à permanência mesmo quando o acesso é assegurado, a falta de saneamento básico permanecerá reforçado o racismo e a violência de gênero.

Todavia é importante ter clareza de que a lógica dominadora-repressiva na (re)produção do espaço não determina a vida cotidiana. Como se trata de uma totalidade aberta, o sentido do uso tende a reaparecer, porque ele implica em apropriação e não em propriedade. Portanto, em um contexto em que os sistemas opressores e racistas estão intactos e se perpetuam, a resistência torna-se uma brecha dentro da cotidianidade para aqueles que lutam no e pelo espaço para

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



continuar a serem habitantes do lugar, portanto, “a resistência emerge como sobrevivência” (RIBEIRO, 2018, p. 56), e surge em diversas formas performáticas e em aliança contra a precariedade da vida social. Redefinir agenda e estratégias através de práticas de ruptura e criação exige “desesperadamente um movimento feminista radical de base” (HOOKS, 2019, p. 73), de resistência ao avanço trinitário do capitalismo-racismo-machismo no espaço urbano.

Como sinaliza Lefebvre (2001), a vida cotidiana é obra. E não há obra sem pensamento e ação. Portanto, cabe a nós refazê-la, direcioná-las ao campo de possibilidades que mostrem novos horizontes possíveis. Idealizar territórios emancipados e emancipatórios é resgatar a memória do lugar, o sentido do encontro, da solidariedade, da festa, do habitar com o fim de assegurar moradias sociais e acesso a serviços públicos na cidade para garantia de uma vida digna para as mulheres e para suas famílias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Emenda Constitucional nº 26, 2000.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o conselho gestor do FNHIS.

BRASIL. (Ministério das Cidades). **Política Nacional de Habitação (PNH)**. Cadernos Cidades, nº. 4. Brasília, 2004.

CARLOS, A. F. A. Para pensar a cidade e o urbano hoje: diálogos interdisciplinares no campo das ciências humanas. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 21-28.

CFESS. **Assistentes Sociais no combate ao racismo**. Comissão da Campanha de Gestão 2017-2020 do CFESS. Brasília, DF, 2020.

DOSSIÊ MULHERES NEGRAS. **A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações**. Geledés Instituto da Mulher Negra e Criola, 2016.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



FRANCO, Marielle; FRANCISCO, Mônica; TAVARES, Rossana. Nossos corpos, nossa cor, nossa cidade: Os impactos causados pelas intervenções decorrentes dos grandes projetos de urbanização no Rio de Janeiro. In: **Direito à Cidade**: uma outra visão de gênero. São Paulo: IBDU, 2017.

HOOKS, bell. **Pertencimento**: uma cultura do lugar. São Paulo: Elefante, 2022.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 5a ed. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos, 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **A produção do Espaço**. Trad. Grupo As (IM)possibilidades do Urbano na Metrópole Contemporânea do Núcleo de Geografia da Urbana da UFMG. Belo Horizonte: Mimeo, 2006.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. [1968]. São Paulo: Centauro, 2001.

MOREIRA, T. A.; RIBEIRO, Joana Aparecida Z. M. T. **A questão fundiária brasileira no desenho das políticas nacionais de habitação**: considerações a partir do início do século XXI. Cad. Metrop. vol.18 no.35, São Paulo jan./abr. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: ago. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. ONU, 1966.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. A prática socioespacial da resistência. In: **Geografia crítica**: teoria e método. CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto (Org.). São Paulo: Contexto, 2018. p. 53-64.

ROLNIK, Raquel. **Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes**. Revista eletrônica e-Metrópolis, ano 2, nº 5, 2011.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

PROMOÇÃO



APOIO

